



Licitações TRE-CE <licitacoestrece@gmail.com>

EDITAL TRE-CE Nº P.E. 90006/2024

2 mensagens

Evandro Barbosa <contato.phodium@gmail.com>

20 de fevereiro de 2024 às 23:42

Para: astac@tre-ce.jus.br

Cc: npr@tre-ce.jus.br, licitacoestrece@gmail.com

Prezados,

No intuito de otimizar o processo licitatório e resguardando as diretrizes legais, vimos por meio deste, enviar anexo Pedido de Impugnação ao processo em epígrafe.

Certos da compreensão e entendimento, desde já, agradecemos a atenção dispensada.

Atenciosamente,



Evandro Sousa
(85) 98751-5505
Wangles Praciano
(85) 99625-1195
Alisson Queiroz
(85) 99268-6545

2 anexos**PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO TRE-CE.pdf**

204K

**1. CNPJ.pdf**

201K

Seção de Licitações TRE-CE <licitacoestrece@gmail.com>

27 de fevereiro de 2024 às 10:59

Para: Evandro Barbosa <contato.phodium@gmail.com>

Cco: astag@tre-ce.jus.br, "npr@tre-ce.jus.br <npr@tre-ce.jus.br>" <npr@tre-ce.jus.br>, Seção de Licitações TRE-CE <licitacoestrece@gmail.com>

Bom dia,

Informo que foi dado publicidade (em anexo) à suspensão do certame para ajuste no edital. Recomendamos acompanhar os meios oficiais para divulgação do edital ajustado.

Atenciosamente,

ASTAG TRE/CE

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**PUBLICACAO SUSPENSAO.pdf**

716K

AO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

EDITAL TRE-CE Nº PREGÃO ELETRÔNICO 90006/2024

PROCESSO TRE/CE SEI N.º 2023.0.000019718-9

OBJETO: Prestação de serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva com remoção de resíduos e análises físico-químicas de efluentes de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), com adoção de lodos ativados na modalidade aeração prolongada conforme as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos (Termo de referência).

1. Identificação:

Razão Social: PHODIUM SOLUÇÕES CONSULTORIA E GESTÃO EIRELI

CNPJ: 18.060.449/0001-00 Inscrição Municipal: 281180-4

Endereço completo: RUA AMADEU FURTADO, nº 588, Parquelândia, Fortaleza, Ceará.

Representante Legal: Evandro Barbosa de Sousa.

Telefones para contato: Celular: (85) 9 8751 5505

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Prezados Senhores, vimos por meio deste apresentar PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO referente ao processo em epígrafe, cuja motivação se baseia em exigências restritivas realizadas na fase de habilitação, em desconformidade com o que a legislação vigente permite.

I. DOS FATOS

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, por intermédio do pregoeiro regularmente designado e dos membros da equipe de apoio, abriu um processo licitatório EDITAL TRE-CE Nº PREGÃO ELETRÔNICO 90006/2024, cujo OBJETO é contratação de empresa especializada em Prestação de serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva com remoção de resíduos e análises físico-

químicas de efluentes de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), com adoção de lodos ativados na modalidade aeração prolongada conforme as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos (Termo de referência).

A IMPUGNANTE, no intuito de participar desse certame, obteve o edital em questão para poder preparar uma proposta estritamente de acordo com as necessidades dessa Administração.

Inicialmente vale salientar que a fase interna das licitações apresenta uma gama relevante de temas que geram dúvidas e debates variados, que podem envolver todo e qualquer ato pertencente à respectiva fase.

Natural que isso ocorra, visto que a fase interna apresenta uma complexidade ímpar e norteará todas as fases posteriores (fases externa e contratual), exigindo, assim, cuidado e atenção muito particulares por parte dos envolvidos no processo de contratação.

Por exemplo, sabe-se que é na fase interna da licitação que são definidos os documentos de habilitação que serão exigidos do(s) particular(es) no instrumento convocatório, a fim de averiguar se a licitante tem condições jurídicas, técnicas, econômicas, fiscais e trabalhistas para contratar com a Administração Pública.

Acontece que, muitas vezes, a dúvida permeia a possibilidade de exigir determinados documentos a título de habilitação, visto que uma decisão equivocada nesse sentido poderá ensejar a ilegalidade do edital, a depender do caso concreto.

Ocorre que ao analisar o edital a empresa candidata deparou-se com flagrantes equívocos no que tange às exigências de Habilitação, especialmente relacionadas às QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS necessárias, conforme será exposto a seguir:

II. ITEM I: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

“8.7. Qualificação Técnica

*8.7.1. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional **competente (CREA).***

e

8.7.6.1. *Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, devidamente registrados **no CREA/CAU**, em que comprove que a licitante executou serviços de manutenção de estação de tratamento de esgoto (ETE) para sistemas com, no mínimo, uma população de 200 pessoas. O quantitativo acima constitui, aproximadamente, 50% da população fixa da edificação.*

Considerando que a execução dos serviços envolve a manutenção e operação de Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), com análise Físico-Química e conforme legislações vigentes, diretrizes de órgãos de ordem ambiental, dentre outras atividades inerentes à **engenharia química**, é evidente a possibilidade dos licitantes poderem apresentar acervos com responsabilidade técnica de tal profissional, o qual pode ter vinculação junto ao **Conselho Regional de Química - CRQ**.

Portanto, a exigência apresentada em edital no que se refere às responsabilidades técnicas dos profissionais com registro **exclusivamente no CREA** se torna evidentemente equivocada, pois traz extrema restrição à profissionais ligados ao CRQ.

Tal comprovação deve ser por meio dos registros da empresa e de seu responsável técnico junto ao conselho competente, qualquer que seja de competência, portanto **CREA e/ou CRQ** estariam dentro desse cenário de aptidão técnica.

A aplicação de tais exigências pode acarretar a restrição dos serviços por profissionais que possuem capacidade técnica para tal, prejudicando a lisura do certame licitatório, pois vai de encontro com alguns dos princípios da lei de licitações, tais como o da competitividade e da economicidade, bem como outros pertinentes ao bom andamento do processo de contratação pública.

Assim, é importante lembrar que as licitações devem observar, entre outros princípios, os da legalidade e da competitividade.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras,

serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

(Grifamos)

No mesmo sentido, a Lei nº 8.666/1993 prevê o seguinte:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Grifamos)

Nesse mesmo cenário, Marçal Justen Filho ensina o seguinte:

Ora, a Administração necessita tanto de segurança quanto de

vantajosidade em suas contratações. A finalidade da licitação é selecionar a proposta com a qualidade adequada, pelo menor preço possível. A conjugação de ambos os valores conduz à necessidade de ponderação nas exigências de habilitação. Não é correto, por isso, estabelecer soluções extremadas. É indispensável estabelecer requisitos de participação, cuja eliminação seria desastrosa. Mas tais requisitos devem ser restritos ao mínimo necessário para assegurar a obtenção de uma prestação adequadamente executada. Essa solução foi explicitamente consagrada no art. 37, XXI, da CF/1988, que determina que 3 de 10 somente podem ser admitidos requisitos de habilitação que se configurem como os mínimos possíveis, mas sempre preservando-se a obtenção de uma contratação adequada e satisfatória.

[...]

Existe, portanto, uma margem de discricionariedade para a Administração configurar, em cada caso, as exigências e requisitos de participação. Ao elaborar o ato convocatório, a Administração deverá avaliar a complexidade da futura contratação e estabelecer, como derivação, os requisitos de habilitação e as condições de participação. Essa margem de discricionariedade não se confunde com arbitrariedade. A escolha administrativa está delimitada não apenas pela Lei como também pela própria Constituição. Existe um mandamento constitucional, no já referido art. 37, inc. XXI, da CF/88. A Constituição não admite exigências que superem ao mínimo necessário para assegurar a obtenção pela Administração de uma prestação de qualidade adequada. (JUSTEN FILHO, 2014, p. 542-543, grifamos).

Nesse sentido é notório que, as exigências de Qualificações técnicas necessitam ter adequações, pois é necessário que os profissionais e as empresas envolvidas nas execuções dos serviços ora licitados, possuam capacidade técnica para tal, devidamente registrados no conselho de sua categoria em amplitude

a todos que possuam essa competência.

III. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a IMPUGNANTE que sejam reconsideradas às exigências de QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS supramencionadas para que sejam ampliadas, bem como, devendo a comissão suspender o certame em epígrafe, no intuito de se realizarem alterações necessárias, incluindo a Habilitação por profissional **responsável técnico e a empresa licitante** com os devidos registros no **Conselho Regional competente, seja CREA e/ou CRQ**, propiciando uma melhor concorrência, resguardando o erário de prejuízos incalculáveis, evitando ferir os princípios constitucionais que gerem a legislação referente às licitações.

Por fim, requer que a empresa candidata, ora impugnante, seja cientificada da decisão proferida por esta Respeitável Comissão.

Termos em que pede deferimento.

Fortaleza, 20 de fevereiro de 2024.

PHODIUM SOLUÇÕES CONSULTORIA E GESTÃO LTDA

CNPJ: 18.060.449/0001-00

Evandro Barbosa de Sousa

CPF: 646.942.163-68

Proprietário